

O ACORDO TRIPARTITE BRASIL – FRANÇA – ÁFRICA: COMPROMISSO COM O DESENVOLVIMENTO DAS TERRAS SECAS

Betina Ferraz Barbosa¹ . Jean-Loup Guyot²

“O desenvolvimento das Terras Secas passa no presente pelo desafio de paradigmas de desenvolvimento que se firmaram como imprescindíveis, como o da sustentabilidade, sem que ainda estas regiões tenham experimentado patamares mínimos de bem-estar. A maioria das Terras Secas do planeta são zonas de economias deprimidas e populações pobres, sobretudo na África, Ásia, e nas Américas. Faz todo sentido para as Terras Secas que o conceito de desenvolvimento sustentável esteja comprometido com a erradicação da pobreza e a exploração sustentável do seu meio, de forma a possibilitar o desenvolvimento sustentável no sentido amplo ecossistêmico – o homem e o ambiente (CGEE Rio+20, Rio de Janeiro 2013)”.

“O fortalecimento de ações que facilitem a cooperação internacional e a transferência apropriada de tecnologia devem alimentar um novo modelo de cooperação sul-sul e de cooperação tripartite, onde laboratórios e observatórios locais de pesquisa desempenhem papel primordial na geração e na troca de conhecimento (IRD ICID+18, Fortaleza 2010)”.

1. Introdução

Toda cooperação objetiva um movimento que não se faz em sentido único, na certeza que todos temos algo a apreender uns com os outros. Para o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) “a cooperação tripartite ou triangular é uma forma de promover o desenvolvimento, aproveitando as melhores características de cooperação entre países em desenvolvimento com o apoio dos países desenvolvidos”.

¹ É diretoria de Desenvolvimento Sustentável do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social da Presidência da República.

² É representante do IRD (Institut de Recherche pour le Développement, France) no Peru.

A cooperação tripartite sul-norte-sul parte da ideia de que melhores resultados podem ser alcançados quando parceiros do sul e tradicionais parceiros da cooperação internacional do Norte juntam forças direcionadas à cooperação triangular. Os benefícios reivindicados pela cooperação tripartite, vis-à-vis as formas de cooperação bilateral, são geralmente traduzidos pela expertise aportada pelas missões institucionais e científicas do norte, em colaboração com países que compartilham expertises e ecossistemas semelhantes no sul.

O desafio da prestação da cooperação tripartite está em possibilitar que os países beneficiários participem ativamente do processo e que tenham domínio e propriedade sobre os projetos e os programas, ajudando a adaptar esses à realidade local. Também que os provedores da cooperação se alinhem às prioridades de desenvolvimento dos países beneficiários, dividam as responsabilidades, baseadas em suas áreas de expertise, e assim possam fazer uso das suas vantagens comparativas.

No presente, uma conclusão positiva para os esforços multilaterais foi reconhecida pelo documento final da Conferência das Nações Unidas (UNCSD - Rio+20) ao incluir mecanismos de cooperação em 39 artigos do documento final “O futuro que nós queremos”. Entre esses, três artigos (260, 277 e 280) unem os temas da cooperação, da ciência e da ação triangular. O texto do documento final reafirma a cooperação, sobretudo: como instrumento importante às estratégias de desenvolvimento sustentáveis; como base para o estabelecimento de responsabilidades comuns, princípios de equidade, e unidade à ação internacional; como mecanismo que fortalece a ação das Convenções da Rio 92 - UNCCD, UNCBD e UNFCCC; como mecanismo que possibilitará reais avanços ainda não realizados, mas já apontados na Rio 92, tais como o financiamento do desenvolvimento, a transferência de tecnologia, a inovação, o comércio, entre outros; e, por fim, explicita a cooperação tripartite como base para a implementação de programas e projetos de cooperação solidária entre os países.

2. Reflexões sobre o desenvolvimento

Trabalhar as questões do desenvolvimento exige um olhar sem preconceito, sabendo que alternativas dependem de vários fatores incluindo valores da antropologia cultural dos países. Portanto, trabalhar as questões do desenvolvimento do território africano é um desafio; e um desafio complexo para além de fórmulas experimentadas pelas civilizações ocidentais contemporâneas desenvolvidas. Não existe uma só África, com desafios e oportunidades singulares.

Contudo, mesmo entendendo a pluralidade do território africano, avançar no desenvolvimento é tarefa múltipla por razões que espelham combinações de baixo desenvolvimento econômi-

co e humano, num quadro de pobreza absoluta extrema aliada a eventos do clima que tornam ainda mais vulneráveis suas populações.

Dada esta realidade, os painéis de indicadores de desenvolvimento e as iniciativas lideradas pela ONU, como as Metas de Desenvolvimento do Milênio (ONU), são obrigados a ampliar seus espectros quando está em jogo a avaliação do desenvolvimento africano; suas regiões, os países; e as diferentes escalas subnacionais territoriais.

Os painéis de indicadores são obrigados a combinar diferentes dimensões temáticas, lembrando que a equação do desenvolvimento é articulada, interdependente, imprevisível e temporalmente complexa; ora revelando conexões ainda não criadas por políticas públicas, típicas de países de baixo desenvolvimento, ora eventos que fogem ao controle prévio, com efeitos no longo e no curto prazos. Essas combinações apresentam arranjos que podem parecer díspares, como: o crescimento das taxas de HIV/SIDA; o aumento da desnutrição infantil; a perda da soberania alimentar; o crescimento da renda nacional (*GNI – gross national income*³); e os eventos climáticos extremos de secas ou inundações.

Em se tratando das terras secas, compreende-se que 43% do território do continente africano englobam esses *habitats* e essas se encontram, em sua maioria, na região do Sahel. Neste território, à luta contra a extrema pobreza e à promoção do desenvolvimento sustentável, soma-se em grau de importância a luta contra a desertificação e as mudanças do clima, a preservação dos recursos naturais e degradação dos solos, a diversidade biológica dos seus habitats, entre outros.

A situação regional do Sahel e, particularmente, dos 11 países que integram a iniciativa da APG-MV (Burkina Faso, Chade, Djibuti, Eritreia, Etiópia, Mali, Mauritânia, Níger, Nigéria, Senegal e Sudão) é a mais frágil da África e do planeta; não apenas pelo quadro social e econômico que apresenta, mas por ser uma das áreas mais afetadas por eventos climáticos extremos.

Dados recentes do Banco Mundial⁴, para o ano de 2011, apontam indicadores de renda nacional anual per capita que oscilam do limite inferior ao limite superior entre US\$ 360,00 (Níger) a US\$ 1.300,00 (Sudão), frente aos dados para o Brasil e a França de respectivamente US\$ 10.777,00 e US\$ 42.420,00.

Ainda segundo estimativas do Banco Mundial, na Etiópia mais de 12 milhões de pessoas foram atingidas por eventos climáticos extremos em 2000; no Níger mais de sete milhões de pessoas foram atingidas em 2002; e no Chade mais de dois milhões de pessoas foram atingidas em 2006. Esses

3 Ver metodologia no site Banco Mundial, disponível em : <http://data.worldbank.org/indicator/NY.GNP.PCAP.CD>.

4 Ver dados no site Banco Mundial, disponível em: <http://databank.worldbank.org/data/Views/Reports/TableView.aspx>.

eventos extremos de seca vêm assolando a região do Sahel e afetaram, respectivamente, 20% da população da Etiópia em 2000, 50% da população do Níger em 2002 e 25% da população do Chade.

Em 2010, um novo ciclo de eventos climáticos extremos de seca afetou a região. Segundo relatório Gubbels 2011⁵, dez milhões de pessoas sofreram com a insegurança alimentar no Sahel. O Níger, o país menos desenvolvido do planeta, foi o epicentro da crise de insegurança alimentar, afetando novamente 50% da sua população. Para o mesmo ano, as estimativas revelam que dois milhões de pessoas enfrentaram a fome no Chade; 600 mil no Mali; 300 mil na Mauritânia; 100 mil em Burkina Faso; e outros países sahelianos também enfrentaram a crise, mas para os quais não há sequer estatísticas.

Nesse quadro, estruturar o desenvolvimento e o conhecimento sobre as possíveis alternativas e os desafios do presente e do futuro é prerrogativa. E neste arranjo, a ciência, a tecnologia e a inovação são armas importantes. Entender o desenvolvimento sustentável como um processo de transformação e de mudança em contínuo aperfeiçoamento – envolvendo múltiplas dimensões como a econômica, a social, a ambiental e a política, é uma necessidade global e também para a África.

Se o quadro endêmico mostrado pelas estatísticas oficiais clama por ajuda humanitária, a promoção do desenvolvimento sustentável requer outro tipo de ação. Sem a crescente presença do conhecimento – para garantir a produção de alimentos, a melhoria das condições de vida das populações, a exploração adequada de seus recursos naturais, a agregação de valor à sua produção, a redução da desigualdade regional e da pobreza absoluta e o apoio crescente ao desenvolvimento de tecnologias sociais, entre outros – o ciclo vicioso da pobreza não será vencido frente aos novos eventos que marcam nosso tempo.

As políticas de ciência, tecnologia e inovação devem, por prerrogativa, buscar as melhores soluções do ponto de vista ecológico, tendo a sustentabilidade como um de seus pressupostos e a promoção do desenvolvimento social como objetivo. Esses pressupostos valem tanto para África com para os demais países, que podem inaugurar e modificar rumos do desenvolvimento.

3. O Acordo Tripartite Brasil – França – África

O grupo Terras Secas (TTS) Brasil, França e África – liderado pelas instituições Centro de Gestão e Estudos Estratégicos (CGEE) e Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), do Brasil; Instituto de Pesquisa para o Desenvolvimento (IRD) e Agência do Instituto de Pesquisa para o Desenvolvimento (AIRD), da França; e a Agência Panafricana da Grande Muralha Verde (APGMV), da África do Sahel – trabalhou entre os anos 2010 e 2012 na pauta resultante

5 Grubbels, P. Escaping the Hunger Cycle: pathways to resilience in the sahel. Sahel Working Group 2011. Groundswell International.

da “Mesa de Diálogo – Cooperação Tripartite para o Desenvolvimento Sustentável de Regiões Áridas e Semiáridas (África em prioridade)”, com o objetivo de estruturar um programa científico voltado às terras secas do Sahel africano.

Este processo teve início durante a “Segunda Conferência Internacional sobre Clima, Sustentabilidade e Desenvolvimento em Regiões Semiáridas - ICID+18”, realizada em Fortaleza em 2010, quando o CGEE e o IRD, em parceria com diversas instituições francesas, brasileiras, e africanas, organizaram o diálogo em torno do desenvolvimento das terras secas africanas na presença de dezenas de especialistas. Na pauta, novas formas de pensar e estruturar o desenvolvimento e, ao final das apresentações, a certeza de que sem o compromisso com a ciência, a tecnologia e a inovação o continente africano não apenas padecerá frente a desafios do desenvolvimento, que ainda não superou, como se fragilizará frente aos novos advindos das mudanças climáticas e dos eventos extremos.

Desta forma, a “mesa de diálogo” recomendou a importância da articulação de esforços com o intuito de fomentar colaborações científicas tripartites; essas deveriam promover pesquisas em rede, voltadas aos temas do desenvolvimento sustentável das terras secas do Sahel africano.

Na sequência desse processo iniciado na ICID+18, ressaltam-se algumas realizações e participações do grupo de trabalho Terras Secas (GTTS) em espaços internacionais. Entre esses, os mais importantes foram: duas reuniões do GTTS, a primeira no Brasil, em Brasília, e a segunda na França, em Marseille (junho e julho de 2012, respectivamente); a Conferência Internacional ICID África no Níger, em Niamey (outubro de 2012); a apresentação documento “Declaração de Niamey” no Fórum Mundial da Água e, em paralelo, a assinatura do acordo tripartite entre o CNPq, a AIRD e a APMGV – as três instituições que passaram a liderar a iniciativa em torno do Acordo Tripartite Terras Secas, ambas as atividades realizadas na França, em Marseille (março de 2012).

Durante a Conferência das Nações Unidas para o Desenvolvimento Sustentável (UNCSD) Rio+20 foi lançado o “Acordo Tripartite Terras Secas – TTS” na presença de inúmeras lideranças do mundo político e científico dos três continentes: América do Sul, Europa e África – entre esses presidentes, ministros de estados, governadores, secretários e a comunidade científica.

O “Acordo TTS”, lançado na Conferência Rio+20, foi uma articulação que recebeu suporte das equipes internacionais envolvidas em dois eixos: 1) o político-técnico, apoiado nas respectivas lideranças políticas e no corpo técnico institucional dos países envolvidos – seus ministérios, diretorias, e representações institucionais partícipes – que apostam no conhecimento científico como mecanismo de *policy*; e, 2) dos grupos de científicos das instituições e universidades partícipes, assim como das instâncias específicas das Nações Unidas, como o CTS/UNCCD.

A chamada ao edital do “Acordo TTS” foi lançada em junho de 2012, e encerrada em novembro do mesmo ano, explorando o apoio à construção de projetos científicos, tendo o Sahel e o Sahara africano como alvo. O Acordo firmou também as bases para a formatação de uma comunidade científica entre o Brasil, a França e os países da região sahel-saariana. A ideia central foi fomentar o desenvolvimento via atividades de cooperação em projetos conjuntos de ciência, tecnologia e inovação (CT&I), contribuindo de forma direta para a geração e apropriação de conhecimento e elevação da capacidade tecnológica dos países africanos envolvidos. O edital incluiu o apoio: 1) a projetos conjuntos de pesquisa científica, tecnológica e inovação; 2) a visitas exploratórias; e, 3) a organização de eventos. Destaca-se que o fundo do “Acordo TTS” receberá dotação financeira das três instituições (CNPq, IRD/AIRD e APGMV) envolvidas, em montantes iguais.

O apoio aos projetos de pesquisa científica considerou prioritariamente as temáticas relacionadas aos processos de desertificação das zonas áridas e semiáridas da África, com prioridade para a região sahel-saariana, tendo como enfoque as seguintes áreas: agricultura e alimentação; gestão de recursos naturais (água, solo, biodiversidade); adaptação às mudanças climáticas; desenvolvimento sustentável e humano; governança, tecnologia e inovação.

A chamada também apoia a realização de visitas entre os países de grupos de cientistas brasileiros, franceses e africanos para identificação, discussão e elaboração de futuras propostas de atividades de cooperação em C&T, a serem desenvolvidas, de forma conjunta, entre instituições de pesquisa, ou pesquisadores brasileiros, franceses e dos países africanos envolvidos. Apoia, também, a realização no Brasil, na França ou nos países africanos envolvidos, de congressos, simpósios, workshops, seminários, ciclos de conferências e outros eventos de CT&I similares, com o objetivo de promover a disseminação e o intercâmbio de conhecimentos científicos entre os países envolvidos, decorrentes de projetos e ações no âmbito da cooperação tripartite.

4. O futuro que queremos

Frente aos desafios do desenvolvimento sustentável evidenciados pela Conferência Rio+20, o futuro que queremos deve levar em conta a construção de uma governança global amparada em um multilateralismo forte e solidário, comprometido com a erradicação da pobreza e que alavanque a cooperação entre os atores.

Para tais desafios, espera-se que o “Acordo TTS” possa ser o início da institucionalização de um multilateralismo solidário e que possa servir como base à construção de articulações subsequentes, tanto em território africano, como asiático e latino-americano.